

Instalação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

Discurso do Embaixador Sérgio Armando Frazão, presidente do I.B.C. e do G.E.R.C.A. — Planos para a erradicação de dois bilhões de pés de cafés antieconômicos — Congratulações da Sociedade Rural Brasileira

Em cerimônia realizada em Brasília, a 21 de novembro p. p., no Palácio do Planalto, com a presença do presidente da República e do presidente do Conselho de Ministros, além de várias autoridades, inclusive o Ministro da Indústria e Comércio, foi instalado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, que tem por objetivo erradicar um bilhão de pés de café antieconômicos e substituí-los por outros tipos de cultura. O presidente da República abriu a cerimônia, falando, a seguir, o embaixador Sérgio Armando Frazão, presidente do Instituto Brasileiro do Café e do GERCA; o deputado Pacheco e Chaves, em nome da Câmara e o ministro Ulisses Guimarães.

Depois do deputado Pacheco e Chaves discursar, congratulando-se com a indicação do eng.º agr.º Walter Lazzarini, para o cargo de secretário geral do GERCA, o ministro da Indústria e Comércio ressaltou que "a criação e instalação desse órgão atesta a compatibilidade entre o regime parlamentarista e o planejamento econômico, isto é, a solução ordenada a longo prazo de problemas de política econômica". Acrescentou que "o GERCA constitui uma das necessárias reformas de base" e também "uma pré-condição para a revisão global da estrutura agrícola do Brasil".

"Cabe acentuar — aduziu — que a erradicação de um bilhão de pés de café é duplamente anti-inflacionária, inclusive porque libertará mais de um milhão de hectares de boas terras".



Embaixador Sérgio Armando Frazão, presidente do G.E.R.C.A.

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GERCA

O presidente do GERCA, embaixador Sérgio Armando Frazão, para quem o GERCA "representa a segunda fase, a longo prazo, da nova política do café", pronunciou o seguinte discurso:

"A cafeicultura brasileira vem, desde longo tempo, reclamando o equacionamento dos problemas que a atingem em crescente progressão, a fim de que, em bases tecnicamente adequadas, sejam estabelecidas as normas de uma política que, executada com o rigor necessário, dê solução definitiva às intermitentes crises, cujos graves reflexos na economia nacional devem, por todos os modos, ser evitados.

Os êxitos alcançados nas valorizações iniciais, depois do Convênio de Taubaté, são parcialmente responsáveis pelas repetidas vezes em que se recorreu a êsse artificialismo econômico. Contudo, se resultados houve, favoráveis a curto prazo, não foram fruto de um planejamento feito de acordo com os bons preceitos da economia política da mesma forma que a solução das primeiras crises resultou de fatores fortuitos e imprevistos, fora do domínio dos responsáveis pela condução da política cafeeira.

Estimulado por essas valorizações desordenadas, teve início em 1957 o último ciclo de superprodução mundial de café.

Ao Brasil coube suportar os mais pesados sacrifícios nessa conjuntura: a partir daquele ano, acumularam-se cerca de 35 milhões de sacas de café nos portos e no interior, isto antes do início da safra corrente, estimada em 35 milhões de sacas, das quais entre 18 e 20 milhões poderão ser colocados na exportação e, aproximadamente 6 milhões, serão consumidas internamente.

Os ônus impostos a toda estrutura econômica do País, na década 1930/39, em que o governo comprava café para alimentar fogueiras, não devem ser esquecidas no momento atual. O declínio no volume produzido, a partir de 1940, não decorreu apenas da política de eliminação de 78 milhões de sacas beneficiadas e adquiridas a preços vis pelo governo. Foi consequência, principalmente, das irregularidades climáticas e da redução das compras internacionais com o fechamento dos principais mercados de consumo, em virtude do grande conflito armado.

Cessadas as hostilidades, verificou-se surpreendente soerguimento das economias de todos os países envolvidos no conflito. Com o aumento do poder aquisitivo, a demanda do café passou a ser mesmo mais intensa do que no período anterior à guerra. Por outro lado, a alta das cotações voltou a estimular o plantio intensivo da rubiacea.

O Brasil — como a maioria dos outros países produtores — ainda não totalmente refeito da crise de 1940 — passou a cultivar café, não apenas nas zonas ecológicas ideais, mas também em outras, impróprias topologicamente, e sujeitas a cíclicas inconstâncias climáticas. Em alguns casos, houve recurso às conquistas da ciência agrônoma, que criou variedades precoces e mais produtivas e permitiu a disseminação da cultura extensiva e intensiva. Entretanto, omissos foram os planos para adequar a crescente produção à demanda mundial.

O governo, que jamais se furtou a atender às pretensões dos cafeicultores, proporcionou-lhes o auxílio que entendeu mais conveniente nas circunstâncias.

O PROCESSO DAS INTERVENÇÕES

Iniciou-se, então, a prática das chamadas intervenções, em que o poder público passou a adquirir, a preços sempre crescentes e sem exigência de qualidade, todo o excesso da produção que não encontrava colocação nos mercados, ao mesmo tempo que, para sustentar os preços externos, entrou a utilizar parte da própria receita de divisas proporcionada pelo café em operações no exterior, procurando manter em níveis elevados as cotações do produto.

De início, para as operações de compra lançou mão o governo de seus pro-